



SWIFT CSCF v2026 / Control 7.3A

Testar uma vez, satisfazer muitos: o teste de intrusão do SWIFT CSCF v2026 Controlo 7.3A como exercício multi-regime

Cambridge Cyber International / 2026

Do ciclo de 2026 do SWIFT Customer Security Programme, o Controlo 7.3A (Teste de Intrusao) traz orientacao impulsionada pela comunidade que fixa o ambito e os cenarios de teste esperados de uma instituicao conectada ao longo de um ciclo continuo de tres anos (SWIFT 2025). Lido isoladamente, isto e mais uma linha de atestacao a satisfazer. Lido face ao panorama regulatorio mais amplo, e prova de uma unica direcao de marcha: os supervisores na Uniao Europeia, nos Estados Unidos e no Canada estao a convergir para o teste guiado por inteligencia e informado por ameacas como a forma de uma instituicao provar que os seus controlos funcionam, em vez de meramente existirem. Este artigo defende que uma instituicao que se prepara para o teste de intrusao 7.3A deve conceber esse teste uma so vez, segundo um padrao de excelencia, e colher a mesma prova face ao Regulamento sobre a Resiliencia Operacional Digital (DORA), a segunda Diretiva relativa a Seguranca das Redes e da Informacao (NIS2), o regulamento de ciberseguranca do New York State Department of Financial Services (23 NYCRR Parte 500) e a Diretriz B-13 do Office of the Superintendent of Financial Institutions, usando a versao 2.0 do Cybersecurity Framework do National Institute of Standards and Technology dos Estados Unidos (NIST CSF 2.0) como espinha comum.

O problema de uma leitura do 7.3A como caixa a assinalar

Uma instituicao conectada que trata cada regime como uma obrigacao separada paga uma penalizacao estrutural. Define o ambito de um teste de intrusao SWIFT estreitamente para a zona segura, encomenda um teste de resiliencia DORA separado, responde a um questionario do NYDFS sobre teste anual e prepara prova para um supervisor canadiano num quarto calendario. Cada compromisso repete o mesmo reconhecimento, as mesmas regras de envolvimento, o mesmo ciclo de remediacao, e cada um produz prova numa forma que o regime seguinte nao aceita. O custo nao e so dinheiro. O teste fragmentado produz uma imagem fragmentada do risco, porque nenhum exercicio singular ve a instituicao como um adversario real veria: de ponta a ponta, atravessando o back office, as estacoes de trabalho dos operadores, a interface de mensagens e a ligacao a rede.

O argumento aqui e que a convergencia agora visivel entre os principais regimes torna obsoleta a abordagem fragmentada. A orientacao 7.3A, o regime de teste guiado por ameacas da DORA, a expectativa guiada por inteligencia da OSFI e o mandato anual do NYDFS nao sao quatro testes diferentes. Sao quatro expressoes supervisoras de uma so ideia, e uma instituicao que conceba para a mais exigente delas, e registe o resultado contra um quadro partilhado, pode satisfazer as restantes como subproduto.

O que o Controlo 7.3A do SWIFT CSCF v2026 agora espera

O Controlo 7.3A situa-se no Customer Security Controls Framework como um controlo de aconselhamento cujo objetivo e validar a resiliencia operacional da infraestrutura relacionada com SWIFT do utilizador, identificando vulnerabilidades que poderiam levar ao comprometimento da zona segura ou do back office (SWIFT 2025). A substancia da mudanca de 2026 nao e um novo numero de controlo, mas orientacao mais nitida sobre como o teste deve ser definido no ambito e que cenarios deve cobrir. O quadro articula agora um conjunto de cenarios de teste a exercer ao longo de um ciclo de tres anos, de modo a que uma instituicao nao possa satisfazer o controlo com uma unica varredura externa estreita repetida anualmente. A expectativa e que, ao longo do ciclo, o programa cubra o teste ao nivel da aplicacao da interface de mensagens e dos componentes relacionados, o teste da infraestrutura da zona segura e da sua segmentacao, e os caminhos humanos e das estacoes de trabalho dos operadores que as intrusoes reais exploram.

Seguem-se duas consequências de conceção. Primeiro, o âmbito tem de ser definido face à zona segura e aos seus limites de confiança, e não face a um intervalo de rede conveniente, porque o propósito do controlo é provar que um atacante não pode pivotar do back office para a camada de mensagens. Segundo, o teste tem de ser conduzido por uma parte competente e suficientemente independente, e as suas conclusões tem de alimentar um ciclo de remediação rastreado cujo encerramento é ele próprio prova. O controlo e de aconselhamento é não obrigatório para todos os tipos de arquitetura, mas para as instituições que se autoatestam face a ele, o avaliador esperava ver âmbito, método, conclusões e remediação como um registo coerente, e não um certificado.

Os quatro regimes vizinhos

A DORA e o teste de intrusão guiado por ameaças

O Regulamento sobre a Resiliência Operacional Digital exige que todas as entidades financeiras abrangidas testem regularmente os seus sistemas de tecnologias de informação e comunicação, e exige que o subconjunto de entidades significativas realize teste avançado por meio de teste de intrusão guiado por ameaças (TLPT) pelo menos de três em três anos (European Parliament and Council 2022a). O TLPT é guiado por inteligência: uma simulação controlada de equipa vermelha contra sistemas de produção em funcionamento, modelada nas táticas, técnicas e procedimentos de agentes de ameaça reais, conduzida sob uma metodologia para a qual o quadro TIBER-EU e a referência europeia (European Central Bank 2018). A instituição que prepara um teste 7.3A segundo um padrão guiado por ameaças, com inteligência de ameaças atual a moldar os seus cenários, já está a construir a espinha de um teste DORA, diferindo sobretudo no âmbito formal e na governança supervisora que envolve um TLPT designado.

A NIS2 e a execução *lex specialis*

A segunda Diretiva relativa à Segurança das Redes e da Informação eleva a base da gestão do risco de cibersegurança e da comunicação de incidentes entre entidades essenciais e importantes, e as autoridades nacionais passaram da transposição para a supervisão ativa durante 2026 (European Parliament and Council 2022b; European Commission 2025). Para as entidades financeiras, o ponto prático e de precedência: a DORA é *lex specialis*, e o artigo 4.º da NIS2 cede-lhe lugar onde as regras do setor financeiro são pelo menos equivalentes. Uma instituição deve, portanto, tratar a DORA como o regime operativo de teste de resiliência, reconhecendo ao mesmo tempo que entidades do grupo fora do perímetro financeiro, como uma subsidiária tecnológica partilhada, podem permanecer dentro da NIS2 e beneficiar da mesma prova de teste.

Os Estados Unidos: a Parte 500 do NYDFS e as expectativas do FFIEC

O regulamento de cibersegurança do New York State Department of Financial Services exige que cada entidade abrangida realize teste de intrusão dos seus sistemas de informação pelo menos anualmente, tanto a partir do interior como do exterior dos limites dos sistemas, com base na avaliação de risco da entidade (New York State Department of Financial Services 2023). O regulamento alterado apertou ainda mais as expectativas de governança e de teste (Ropes and Gray 2026). Ao nível federal, o Federal Financial Institutions Examination Council não impõe uma regra fixa, mas trata o teste de intrusão por partes qualificadas e independentes como uma expectativa do examinador e um indicador de maturidade no seu manual de Information Security (Federal Financial Institutions Examination Council 2016). A instituição que satisfaça o 7.3A segundo um padrão elevado, testando tanto a partir do interior como do exterior do limite numa cadência definida, produz exatamente os artefactos que um

examinador do NYDFS e um exame do FFIEC esperam.

O Canada: a Diretriz B-13 da OSFI

A Diretriz B-13 do Office of the Superintendent of Financial Institutions, em vigor desde 1 de janeiro de 2024, exige que as instituições financeiras reguladas a nível federal identifiquem vulnerabilidades através de teste regular, e para instituições com pegadas tecnológicas significativas espera teste de intrusão guiado por inteligência e por ameaças e exercícios de equipa vermelha que simulem ataques realistas de múltiplas fases (Office of the Superintendent of Financial Institutions 2022). A B-13 é baseada em resultados e não fixa cadência, pelo que a instituição evidencia conformidade através da qualidade e do realismo do seu teste, e não da sua frequência. Este é o mesmo padrão guiado por inteligência que a DORA e a orientação afinada do 7.3A exprimem, o que faz da B-13 o membro canadiano da mesma família, e não uma obrigação separada.

Uma espinha: mapear os regimes no NIST CSF 2.0

Nenhum regulador financeiro singular governa tanto os Estados Unidos como o Canada, pelo que uma instituição transfronteiriça precisa de uma referência neutra reconhecida em ambos. A versão 2.0 do Cybersecurity Framework do NIST é essa referência: voluntária, amplamente adotada de ambos os lados da fronteira, e organizada em torno de seis funções, Governar, Identificar, Proteger, Detetar, Responder e Recuperar (National Institute of Standards and Technology 2024). Usada como espinha, permite a uma instituição registar um programa de teste de intrusão e exprimir o resultado no vocabulário que cada regime compreende. O teste de intrusão fala mais diretamente a Identificar, ao revelar vulnerabilidades, e a Detetar e Responder, ao medir se a monitorização e a resposta da instituição apanham e contêm efetivamente uma intrusão realista. A função Governar carrega as regras de envolvimento, a independência e a comunicação ao conselho que os cinco regimes exigem. A Tabela 1 torna a convergência concreta.

Tabela 1. Um programa de teste de intrusão, quatro regimes, uma espinha

Dimensão	SWIFT 7.3A	DORA TLPT	NYDFS Parte 500	OSFI B-13	NIST CSF 2.0
Natureza	Controlo de aconselhamento	Obrigatório para entidades	Regra obrigatória	Expectativa baseada em	Referência voluntária
Cadência	Ciclo de cenários de 3 anos	Pelo menos de 3 em 3 anos	Pelo menos anual	Sem cadência fixa	Não prescrita
Método	Baseado em cenários, foco na zona segura	Equipa vermelha guiada por inteligência	Interior e exterior, baseado no risco	Guiado por inteligência, equipa vermelha	Funções e resultados
Independência	Parte competente e independente	Fornecedores acreditados	Interno ou externo qualificado	Garantia independente	Resultado de governança
Prova primária	Ambito, conclusões, remediação	Cenários de ameaça, narrativa de ataque, remediação	Relatório de teste, cadência de remediação	Realismo e resultado do teste	Resultados mapeados

A leitura ao longo de cada linha é a tese: conceba o teste segundo o padrão mais exigente em cada coluna, método guiado por inteligência, âmbito ciente da zona segura, cobertura de interior e exterior, execução independente, remediação rastreada, e o registo singular resultante satisfaz os cinco.

Um modelo de preparação guiado pelo risco

A orientação 7.3A convida a uma leitura de conformidade, em que a instituição faz o mínimo que o

controle nomeia. A leitura mais valiosa, e aquela que os supervisores recompensam cada vez mais, e guiada pelo risco: o teste de intrusao e o instrumento usado para revelar e retirar as exposicoes mais consequentes da instituicao, e a conformidade e o subproduto de fazer isso bem.

A preparacao comeca com uma base de risco e ambito. A instituicao inventaria o seu patrimonio relacionado com SWIFT, a zona segura, a interface de mensagens, as estacoes de trabalho dos operadores, a ligacao a rede e os sistemas de back office que a alimentam, e classifica os caminhos pela consequencia do comprometimento, e nao pela facilidade do teste. Isto produz um ambito definido por onde estao o dinheiro e a confianca, que e tambem o ambito que um adversario real escolheria, e que se alinha com a postura guiada pela consequencia da B-13 e com a postura baseada no risco do NYDFS.

Segue-se o enquadramento por inteligencia de ameacas. A inteligencia atual sobre os agentes que visam as mensagens financeiras molda os cenarios, de modo a que o teste ensaie intrusoes plausiveis em vez de genericas. Este e o passo que transforma um teste de intrusao num teste guiado por ameacas, e e o passo que torna o mesmo exercicio credivel ao abrigo da DORA e da B-13.

A execucao corre depois os cenarios ao longo do ciclo de tres anos que a orientacao 7.3A descreve, cobrindo caminhos de aplicacao, de infraestrutura e humanos, a partir do interior e do exterior do limite, por uma parte independente, sob regras de envolvimento documentadas. A instituicao mede nao so o que foi encontrado, mas se a sua propria detecao e resposta viram o teste acontecer, porque essa medicao e a prova que as funcoes Detetar e Responder exigem.

Por fim, a remediacao e a prova fecham o ciclo. As conclusoes entram num ciclo de remediacao rastreado cujo encerramento e registado, e todo o registo, ambito, cenarios, narrativa de ataque, conclusoes, remediacao e desempenho de detecao, e arquivado uma so vez contra a espinha NIST CSF 2.0 e marcado para cada regime. A instituicao que completa este ciclo nao passou um teste. Construiu um ativo de prova de resiliencia reutilizavel.

O nosso servico de avaliacao SWIFT CSP define o ambito e corre o teste 7.3A segundo este padrao, e a PenTeva valida e rastreia as conclusoes ate ao encerramento, para que a prova resista sob qualquer dos quatro regimes. Quando a modelacao de resiliencia DORA esta no ambito, a DORA-MAST leva a mesma prova para a imagem da resiliencia operacional.

Conclusao

A orientacao afinada do 7.3A entende-se melhor nao como um requisito SWIFT isolado, mas como uma expressao supervisora de um movimento global rumo ao teste guiado por inteligencia e informado por ameacas. Uma instituicao que conceba o seu teste de intrusao de 2026 segundo esse padrao, o defina no ambito pela consequencia, o enquadre com inteligencia de ameacas atual, o execute de forma independente atravessando a zona segura e registre o resultado contra um quadro partilhado, pode satisfazer a DORA, a NIS2 onde ainda se aplica, a Parte 500 do NYDFS e a OSFI B-13 a partir do mesmo exercicio. O teste de intrusao deixa de ser um custo recorrente de conformidade e torna-se o instrumento atraves do qual a instituicao encontra e retira os riscos que importam. Testar uma vez, satisfazer muitos.

Acronimos

CSCF, Customer Security Controls Framework (SWIFT). CSP, Customer Security Programme (SWIFT). DORA, Digital Operational Resilience Act. FFIEC, Federal Financial Institutions Examination Council. ICT, Information and Communication Technology. NIS2, Network and Information Security Directive

(segunda). NIST CSF, National Institute of Standards and Technology Cybersecurity Framework. NYDFS, New York State Department of Financial Services. OSFI, Office of the Superintendent of Financial Institutions. SWIFT, Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication. TIBER-EU, Threat Intelligence-Based Ethical Red Teaming (quadro europeu). TLPT, Threat-Led Penetration Testing.

Referencias

European Central Bank (2018). TIBER-EU Framework.

<https://www.ecb.europa.eu/paym/cyber-resilience/tiber-eu/html/index.en.html>

European Commission (2025). NIS2 Directive: transposition in EU countries.

<https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/nis-transposition>

European Parliament and Council (2022a). Regulation (EU) 2022/2554 on digital operational resilience for the financial sector (DORA). <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2022/2554/oj>

European Parliament and Council (2022b). Directive (EU) 2022/2555 on measures for a high common level of cybersecurity across the Union (NIS2). <https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2022/2555/oj>

Federal Financial Institutions Examination Council (2016). Information Technology Examination Handbook: Information Security. <https://ithandbook.ffiec.gov/it-booklets/information-security/>

National Institute of Standards and Technology (2024). The NIST Cybersecurity Framework (CSF) 2.0. NIST CSWP 29. <https://doi.org/10.6028/NIST.CSWP.29>

New York State Department of Financial Services (2023). Cybersecurity Requirements for Financial Services Companies, 23 NYCRR Part 500 (as amended).

https://www.dfs.ny.gov/system/files/documents/2023/03/23NYCRR500_0.pdf

Office of the Superintendent of Financial Institutions (2022). Guideline B-13: Technology and Cyber Risk Management.

<https://www.osfi-bsif.gc.ca/en/guidance/guidance-library/technology-cyber-risk-management>

Ropes and Gray (2026). NYDFS-regulated entities face stronger cybersecurity regulations.

<https://www.ropesgray.com/en/insights/alerts/2026/01/nydfs-regulated-entities-face-stronger-cybersecurity-regulations>

SWIFT (2025). Customer Security Controls Framework v2026, Customer Security Programme.

<https://www.swift.com/myswift/customer-security-programme-csp>